

Brasil tem como crescer 9% ao ano

Economistas do Bird dizem que meta pode ser alcançada se as taxas de juros caírem

CARLOS FRANCO
e JÔ GALAZI

RIO — O Brasil reúne todas as condições para apresentar um crescimento médio anual de 8% a 9%, se o plano de estabilização da economia se traduzir em redução dos juros. Com isso, o setor privado poderá provocar um novo "milagre", ampliando sua capacidade de geração de bens e empregos. Essa é a conclusão do estudo *O Estado e o Setor Privado no Brasil*, dos economistas Geoffrey Sheperd e Paul Holden, representantes do Banco

desfavoráveis, o setor privado brasileiro tem apresentado crescimento.

Para os economistas, uma das condições desfavoráveis está no fato de que, com a instabilidade e as altas taxas de juros, a economia opera praticamente sem usar crédito. Há, ainda, outra razão apontada no trabalho: para financiar o seu déficit, o governo recorreu cada vez mais aos empréstimos e, dessa forma, a dívida governamental passou de 25% do passivo dos bancos, em 1965, para 40%, em 1987.

Hoje, deve girar em torno de 50%. "Os empréstimos privados", assinala o estudo, "perderam espaço tanto por causa das altas taxas de juros quanto pelos esquemas compulsórios de poupança e crédito". Daí as empresas brasileiras estarem entre as menos endividadas do mundo. Assim, eliminados esses obstáculos, os recursos obtidos com empré-

stimos vão servir para elevar os investimentos e recolocar o País no caminho do crescimento.

Eles indicam, ainda, no estudo, que o setor financeiro no País deixou de cumprir sua tarefa clássica, que é o de emprestar a médio e longo prazo. Concentrado nas mãos de bancos estatais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB). "O nível de crédito dirigido no Brasil, grande parte dele a taxas subsidiadas, é alto em comparação com o de outros países em desenvolvimento,

enquanto o restante do setor bancário brasileiro está confinado à concessão de empréstimos que raramente excedem um mês de prazo".

Com a queda das taxas de juros, acreditam, a aposta financeira será na produção e no desenvolvimento, o que permitirá ao

Brasil ocupar uma posição de destaque. Eles acreditam no plano de estabilização da economia como pré-condição para essa retomada do desenvolvimento.

Os dois economistas afirmaram, também, que, ao contrário do que se costuma pensar, o Estado no Brasil é — "e sempre foi" — bastante pequeno. As estatais respondiam por apenas 4% dos investimentos em 1955 e o máximo a que chegaram foi a 30% no período de 1979 a 1982. Em 1985, as estatais eram responsáveis por apenas 12% do PIB e por 3% do emprego, enquanto a administração pública tinha a seu cargo 9% do PIB e o mesmo percentual do emprego.

O problema, afirmaram, está no fato de que o caráter intervencionista do Estado nas relações econômicas favorece o suborno e dificulta o investimento por parte de grandes empresas. Eles destacaram a instabilidade das políticas econômicas e trabalhistas, além da questão tributária, "que impede a realização de um planejamento que indique maior investimento e crescimento".

**A APOSTA
FINANCEIRA
PASSARIA A SER
NA PRODUÇÃO**